



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **A IMIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA NAÇÃO: POR UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL**

**Camila Daniel**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e PUC-RJ**  
**camiladaniell@gmail.com**

### **A primeira imigração para o Brasil: os dilemas da colonização portuguesa**

Embora a ocupação do Brasil por portugueses, a partir do século XVI não receba a denominação de “imigração” por pesquisadores brasileiros é indiscutível entre eles o fato dela ter imprimido marcas profundamente fortes na construção do Brasil como nação. Todo este se iniciou com o deslocamento de portugueses para além do território português, em outras palavras, pela imigração. Muitos pensadores que se dedicaram a realizar uma interpretação do Brasil reconhecem estar em Portugal as origens do Brasil, por isso, eles acreditam que não seria possível compreender o Brasil sem levar em consideração o contexto em que se deu a sua ocupação pelos portugueses, o que significa compreender primeiramente a constituição social, política e econômica de Portugal.

Em “Sete lições sobre as interpretações do Brasil”, Bernardo Recúpero considera que os trabalhos que podem ser denominados como “interpretações do Brasil” são aqueles inseridos no período de 1889, pós-proclamação da república, até a de 1930, quando se desenvolve a universidade no Brasil. Para o autor, tal fenômeno acontece porque, antes da proclamação da República, a questão que se colocava em pauta era criar referências nacionais para o país recém-independente, enquanto na década de 1930, o crescimento da universidade e sua busca por mais cientificidade deixam em segundo plano o ensaísmo, que dá lugar à monografia universitária. Bernardo Recúpero (2007) explica que as interpretações do Brasil tomavam como tema de discussão o passado colonial e imperial, refletindo sobre a herança deixada pelos períodos anteriores. André Botelho, no prefácio ao trabalho de Recúpero, pondera que as interpretações do Brasil se caracterizavam por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

produzir proposições cognitivas e ideológicas, que, se ainda hoje fazem sentido, é porque elas dizem respeito à nossa forma de entender a sociedade brasileira. Em suas palavras:

Enfim, porque as interpretações do Brasil não são apenas descrições externas, mas também operam com um tipo de metalinguagem reflexiva da sociedade, elas representam (...) um espaço social de comunicação entre *passado, presente e futuro...*” (p.18)

Nestas interpretações e mesmo nos trabalhos posteriores que pretendem analisar o Brasil nos seus aspectos políticos, sociais e econômicos, a colonização aparece, então, como uma problemática constante e central, que aquece a discussão sobre se no Brasil, apesar de sua origem subordinada à Portugal, seria possível se estabelecer uma cultura, uma política e principalmente uma sociedade autônomas, organizadas e modernas. Este debate, tão fundamental para o pensamento social e político brasileiro tem como pano de fundo as condições reais em que se realizou o estabelecimento- para não dizer imigração- de portugueses que, inseridos num Estado forte com influências religiosas, mas adepto ao capitalismo mercantil, fizeram do Brasil uma colônia. Assim, o debate leva em consideração, de um lado, a posição de subordinação do país no cenário mundial, como colônia e por outro, os efeitos da colonização na organização social, política e econômica no Brasil, mesmo depois da independência. Entre os autores que se dedicaram à empreitada de entender o Brasil, tendo como ponto de partida a colonização portuguesa estão Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Viana.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a formação social brasileira mantém uma estreita relação com a formação social Ibérica, mais precisamente portuguesa. O autor explica que esta proximidade entre Brasil e Portugal não se realizou apenas quando da colonização, mas que estes países continuavam, nutrindo similaridades apesar de suas especificidades mesmo após a Independência.



Embora apresentando similaridades, o Brasil não seria uma cópia de Portugal, pois as condições sociais, ambientais, culturais e climáticas encontradas aqui conferiram ao Brasil um caráter singular. Para Buarque de Holanda, o tipo de colonização que Portugal desenvolveu no Brasil está intimamente relacionado com o espírito português, avesso ao formalismo, à ética do trabalho, e voltado para a aventura e o ganho material rápido. Assim, o autor explica que o português carrega consigo o anseio de desbravar áreas nunca antes exploradas e sem este espírito de aventura, a colonização do Brasil não teria sido bem sucedida. O *aventureiro*, tipo ideal no qual o português se enquadra, tem uma concepção espaçosa do mundo, não se limitando às fronteiras encontradas pelo seu caminho, enfrentando-as com audácia e intrepidez. Ele se contrapõe ao espírito do *trabalhador*, aquele colonizador que migra e se instala em outras terras para desenvolver ali um trabalho metódico, em o que ganho se faz gradativamente, depois de despendido um esforço contínuo e constante. Enquanto o tipo *trabalhador* prevaleceu entre os colonizadores do norte dos Estados Unidos- nas colônias da Nova Inglaterra, no Brasil predominou o tipo aventureiro<sup>1</sup>.

Além do espírito aventureiro, que levou o português a enfrentar as adversidades impostas pela vida em terras tropicais, uma característica portuguesa foi fundamental na colonização do Brasil: a *plasticidade* do português. Buarque conta que o português não teve dificuldade de substituir ou adaptar seus antigos hábitos por novos, mais condizentes à realidade da colônia. E ainda, no português não existia um orgulho de raça que o afastasse dos indígenas ou negros. Ao contrário, ele não se distanciava de seus escravos, com um *exclusivismo racista*.

Todas estas características do português, do seu modelo de colonização e de exploração ocuparam um lugar de destaque para a formação do brasileiro como *homem cordial*, avesso ao ritualismo e afeito à personalidade e à proximidade. Além de deixar

---

<sup>1</sup> É importante notar que o aventureiro e o trabalhador são tipos ideais, recurso analítico propostos por Max Weber. Os tipos ideais, como o aventureiro e o trabalhador não existem na realidade em si, mas representam traços que predominam os diferentes colonizadores.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

marcas na individualidade do brasileiro, a colonização portuguesa também deixou fortes marcas na organização social e política do Brasil. Buarque já adiantava que o modelo de ocupação portuguesa, que privilegiou a costa em detrimento do interior, levando à dispersão da população por grandes propriedades rurais contribuiu para o surgimento de uma solidariedade no meio rural, tendo como base a família patriarcal.

Para Oliveira Viana, esta solidariedade rural, iniciada com distribuição de terras pela Coroa portuguesa através do sistema de sesmarias e asseverada pela colonização, foi responsável por gerar nos brasileiros o desinteresse pela vida pública. Oliveira Viana (1974) acredita estar na colonização a origem dos males das instituições políticas brasileiras, que recebeu marcas indelévels do passado colonial. O autor explica que o sistema de distribuição de terras empreendido pela Coroa portuguesa, o sistema de sesmarias, provocou a dispersão dos colonizadores por grandes áreas. Isolados à sua própria sorte, eles desenvolveram o gosto pela solidão, gerando neles uma aversão à cidade, o que Viana chama de *antiurbanismo colonial*. Ao se acostumar com a vida no mundo rural, onde predominam os laços pessoais de afeto e parentesco, não se desenvolveu na população brasileira o interesse pela cidade, pela coisa pública, mas apenas pelo local, pela família e pelos interesses privados. Em outras palavras, o modelo de colonização português- baseado na dispersão da população por um vasto território- contribui para a formação de um espírito insolidarista. Neles se afluou uma evitação da vida em comunidade e em núcleos urbanos para viver em grandes propriedades isoladas.

... esse traço cultural tão nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do “lugar”, da “vila”, da “cidade””. (*idem*: 110)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Na interpretação de Oliveira Vianna, este espírito insolidarista trará repercussões severamente negativas para a formação do Estado brasileiro. O autor parte do princípio que a história e as experiências vividas por uma sociedade serão responsáveis por formar nos indivíduos condições psicológicas e culturais para participarem das instituições políticas e da vida pública. No caso brasileiro, o passado colonial nos deixou como herança a constituição de um complexo psicológico particularista, desinteressado pelo coletivo, devotado ao privado. Estas características foram transplantadas da sociedade para as instituições políticas, ambas levando para o Estado os vestígios da colonização. Assim, o Estado brasileiro fora forjado como nação sem que tivesse havido condições culturológicas para tal, ao contrário do que aconteceu na Europa, onde o Estado-nação nasceu de um longo processo histórico. No Brasil, o Estado-nação surgiu de cima para baixa, sem que a sociedade estivesse preparada, dispondo das condições culturológicas necessárias para a implantação do Estado nacional, como o sentimento nacional, o sentimento de *res publica* e a consciência do bem coletivo.

Oliveira Vianna critica o transplante de idéias e instituições políticas estrangeiras para o contexto nacional. Ele critica não apenas o Estado-nação que se formou no Brasil pós-independência, mas também a ideologia de Estado desenvolvida naquele período, o liberalismo. Embora simpatizante do liberalismo, Oliveira Vianna considera um equívoco implantar o liberalismo político no Brasil, numa sociedade em que não se cultivou a cultura pública. Sérgio Buarque também considera que a herança colonial imprimiu marcas no Estado brasileiro, entre elas o personalismo e uma indefinição entre o público e o privado, característico do espírito do *homem cordial*. Para Piva (2000), tanto Sérgio Buarque e Oliveira Vianna, como Nestor Duarte e Tavares Bastos são autores que se lançam sobre o “sentido” do Brasil, elaborando trabalhos que refletem sobre o passado e o presente, mas cuja principal preocupação é com o futuro, ancorado na idéia de modernização- da cultura, da economia, da sociedade, da política. A modernização era então entendida num sentido amplo, considerada como fundamento para construção de uma nação independente, autônoma e, sobretudo, moderna. Neste projeto de nação a ser alcançada, o fim do trabalho



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

escravo se colocava em pauta, visto que esta forma de trabalho se contrapunha aos preceitos do liberalismo, que se tornou a ideologia dominante no Brasil- Império.

Neste sentido, o tema da colonização portuguesa ocupa um lugar de destaque no debate acerca da formação no Brasil. O passado colonial assombrava intelectuais, políticos e pensadores que almejavam um Brasil como uma nação moderna, livre e independente. Ambos, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, se aproximam ao descreverem algumas características do povo brasileiro, como o personalismo e a ausência do espírito público. Porém a aproximação dos dois autores vai mais além: neles está presente a preocupação com a construção de um “sistema político que supere o passado e modernize o Brasil” (PIVA, 2000, p.41).

No primeiro momento, a colonização portuguesa foi o início de uma história brasileira, ela também é considerada por autores como Oliveira Viana como origem dos males da vida política brasileira. No entanto, novos fluxos imigratórios com outras características, poderiam colocar o Brasil no caminho que o levasse a superar os entraves herdados da colonização e chegar ao futuro: um Brasil moderno.

### **O Estado e a Imigração: a questão nacional e a modernização do Brasil**

Quando lançamos nossos olhos sobre os fluxos imigratórios que o Brasil recebeu até as primeiras décadas do século XX, observamos que a figura do Estado desempenhou um papel de grande relevância para motivar, em alguns momentos, e restringir em outros, a entrada e fixação de estrangeiros no Brasil. Até o início do século XIX, o Estado que atuou como protagonista nos fluxos imigratórios para o Brasil foi o Estado português, uma vez que o Brasil ainda era uma colônia. Através dele, a colonização portuguesa se desenvolveu, distribuindo terras e cargos públicos na colônia. Para o Estado português, a colônia era como uma extensão da metrópole, estando sujeita aos desígnios da Coroa. Por isso, a colonização portuguesa foi a primeira ação estatal empreendida em solos brasileiros, ainda que esta intervenção tenha sido restrita e limitada. A ação do Estado português se limitou à divisão de terra, sem criar condições mínimas de infra-estrutura e de a integração política dessas populações. Um exemplo disso está em Oliveira Viana, que na sua crítica à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

colonização portuguesa, reconhece que a solidariedade rural foi uma forma de suprir as carências nas propriedades rurais por infra-estrutura básica e segurança.

A partir de inícios do século XIX, o Brasil presencia uma nova fase em sua história. A chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808 e a conseqüente abertura dos portos brasileiros- antes restrita à Inglaterra-, incluiu o Brasil na lista de possíveis destinos para imigrantes de outras nacionalidades. Ao contrário da colonização, que fazia do Brasil uma espécie de extensão da metrópole, este novo movimento migratório terá que se adaptar às instituições já formadas no Brasil e com sua organização política e social. Naquele período, o país já contava com uma população nascida no Brasil significativamente maior do que aquela encontrada no início do século XVI, quando os primeiros portugueses aqui se instalaram. O país também já dispunha de uma organização social e uma elite agrária detentora de privilégios e estabelecida como força política. Portanto, os imigrantes que chegaram ao Brasil depois da vinda da Coroa portuguesa encontrariam aqui um país já organizado politicamente e já inserido no cenário mundial. É neste contexto que o Brasil se abre para a imigração estrangeira e tal fenômeno vai se tornar um elemento chave para se pensar o futuro do Brasil, como um projeto de nação brasileira. Neste momento, a imigração entra no debate político como, entre outras coisas, uma estratégia de ocupação do território brasileiro que se encontrava em formação.

Os séculos XIX e XX foram palco de uma intensificação dos movimentos migratórios, primeiramente espontâneos e mais tarde, subsidiados pelo governo brasileiro. Ainda antes de sua independência, o Brasil atraía a atenção internacional pelas suas promessas de riqueza e prosperidade. A vinda da família real e, anos mais tarde, a Independência do Brasil, vão provocar na Europa um anseio em conhecer o Brasil, imaginado como uma terra das oportunidades e de grandes belezas naturais. Este imaginário era propagado pela literatura alemã, inglesa e francesa, esta última muito influenciada pelo romantismo. Assim, no período de 1808 a 1822, o Brasil começou a receber novos fluxos de imigrantes europeus, motivados por este imaginário, como por exemplo a vinda de um grupo de suíços em 1819, que formaram a cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (SEYFERTH, 1996).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Os novos imigrantes se inseriram no mercado de trabalho nacional em atividades urbanas, mas eram os trabalhadores preferidos para o trabalho rural, suprimindo a carência de mão-de-obra pelo qual o país passava tanto na cidade como no campo. Na primeira década do século XIX, o Brasil presenciou a formação de novos centros urbanos, sobretudo no sudeste brasileiro, influenciados pela nova dinâmica política, social e econômica que a presença da família real inaugurava e pela crise que o nordeste brasileiro. Por isso, crescia a demanda por trabalhadores urbanos dedicados à prestação de serviços. Por outro lado, o trabalho de imigrantes europeus também era bem recebido na zona rural, como alternativa ao trabalho escravo negro.

No período do Império, a imigração para o Brasil voltou a se expandir, porém será nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que os grandes movimentos de imigração tomarão espaço no território e na sociedade brasileira, se tornando uma questão diretamente tratada pelo Estado. Até então, a única interferência direta do Estado sobre a imigração foi aquela empreendida pelo Estado português, ainda no século XVI e XVII, quando realizou a distribuição de terras. No entanto, agora, a imigração terá a intervenção direta do Estado brasileiro, através da política migratória de 1850, mesmo ano em que é proibido o tráfico negreiro.

Para Martine (1987), o Estado inevitavelmente faz política migratória, ainda que sem planejar deliberadamente. Para o autor, quando o Estado faz investimentos em infraestrutura em determinados lugares e não em outros ou quando opta por oferecer subsídios a determinados setores da economia, localizados em determinadas regiões, ele está criando as condições que levam pessoas a saírem de regiões menos desenvolvidas para outras, onde poderão encontrar melhores condições de vida. Quando escreveu este artigo, o autor se referia à migração interna, dando ênfase à migração de nordestinos para o sudeste. No entanto, se pensarmos a migração internacional, esta afirmativa também se faz verdadeira, uma vez que a imigração se tornou um ponto sensível no pensamento político brasileiro, como uma estratégia de modernização cultural e econômica do Brasil.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No caso brasileiro, a imigração assumiu um caráter publicamente político e estratégico em meados do século XIX, quando se acalentou o debate sobre as condições necessárias para fazer do Brasil mais do que uma nação livre, mas também uma nação moderna. No entanto, cabe ressaltar que o Brasil não esteve isolado neste debate. Na Europa, a discussão sobre quais seriam os quesitos para se construir uma nação também afloram diante dos conflitos que a região então presenciava. No Brasil, o debate sobre tal questão tinha como pano de fundo o passado colonial, que deixou marcas profundas na sociedade e na política brasileira e estabeleceu no país uma sociedade de privilégios e um povo miscigenado. O Brasil se deparava com uma realidade *sui generis*, que não poderia ser ignorada nesta nação que se vislumbrava como projeto de futuro. O país contava com uma elite agrária decadente, que se viu social e politicamente ameaçada quando se desenvolveram os centros urbanos nacionais. No entanto, a formação de centros urbanos não encerrou as relações personalistas que tinham como base o latifúndio, mas, ao contrário, estas relações foram reatualizadas no contexto em que se forma o Estado brasileiro. Aqui, a tradição ibérica e as mudanças modernizadoras, como o rompimento com a metrópole, em 1822, convivem na sociedade brasileira e esta singularidade não poderia ser deixada em segundo plano quando se interpreta o Brasil.

A convivência de elementos tradicionais e modernos tornou possível, no período pós-independência, a instalação de um sistema político inspirado no Liberalismo numa sociedade escravocrata. Os princípios do liberalismo político, como o federalismo e o sistema representativo foram instalados numa sociedade estruturada por privilégios, sem a experiência de participação dos cidadãos, em que a liberdade civil encontrava severas restrições e não existia um mercado livre de força de trabalho. Neste debate, a imigração é por vezes mencionada como uma alternativa para solucionar o duplo problema brasileiro: a falta de uma mão-de-obra livre e a formação política e cultural de cidadãos brasileiros.

Entre os intérpretes do Brasil, Tavares Bastos é aquele que claramente atribui à imigração um papel de destaque na formação de um Brasil, menos tradicional e mais moderno. Para ele, o Brasil deveria romper com a herança ibérica, que reprimiu o indivíduo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

em favor do absolutismo e do autoritarismo, inviabilizando o surgimento de um liberalismo autêntico, de baixo para cima, como aconteceu nos EUA. Diante deste fato, para uma “americanização” do Brasil, seria necessária uma reforma política de cima, que não colocasse em risco a unidade nacional. Para Tavares Bastos, uma política de imigração teria muito a contribuir com a “americanização” no Brasil, o que significava colocar o Brasil na trilha civilizatória da qual foi desviado pela colonização. A imigração iniciaria uma transformação da cultura cívica e o sistema de valores que orientava o país e faria emergir no Brasil uma série de elementos modernizantes, como “a igualdade de cultos religiosos, a elevação do estatuto do trabalhador livre, facilidades de transportes e de comunicações e uma reforma fundiária” (WERNECK VIANNA, 1997, p. 165). Compartilhando de uma posição dominante entre os estadistas brasileiros, Tavares Bastos considera as classes subalternas brasileiras incapazes de empreender as transformações pretendidas para que o Brasil se inserisse no projeto civilizatório aos moldes norte-americanos. Assim, “sustentava a superioridade da população imigrante, na expectativa que a população nacional se transformasse pelo efeito demonstração exercido por aquela” (*ibidem*).

Neste contexto, a imigração surgiu como resposta para vários problemas considerados cruciais para fazer do Brasil uma nação livre e moderna. A primeira justificativa para o governo brasileiro incentivar a imigração tinha o tom econômico. Num país onde a carência por mão-de-obra qualificada era constante, os imigrantes eram ditos os mais adequados para ocupar o mercado de trabalho brasileiro, trazendo seu know-how do estrangeiro para o Brasil. Primeiramente, os imigrantes eram incentivados pelo governo a se dedicarem ao trabalho agrícola, que agora deveria ser livre, moderno e qualificado, em substituição ao trabalho negro, escravo, arcaico e desqualificado.

No entanto, o incentivo estatal à imigração trazia nuances que deixaram às claras os interesses a ela subjacentes. No primeiro momento, a imigração se encarregaria de suprir um problema econômico e territorial: o país necessitava desenvolver a produção de alimentos e também ocupar os “vazios demográficos” ainda existentes neste país com dimensões continentais, sobretudo nas áreas da região sul do Brasil, onde a ameaça de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

invasão por parte dos vizinhos era constante. No entanto, o incentivo à imigração não era isenta de juízo de valor em relação à origem dos imigrantes. Ou seja, embora não declarado, havia o interesse de que os imigrantes vindos ao Brasil fossem de origem européia, somente. Esta preferência, por sua vez, escondia outros objetivos. O que estava em jogo não era apenas suprir a carência de braços para a lavoura ou ocupar o território brasileiro. Existia um projeto de nação que se fez baseado na imigração, que deveria ser européia, e não de outra nacionalidade. Na verdade, a política migratória era também uma política racial.

### **Raça e Nação: a Imigração e a Política de branqueamento**

Apesar de ter se dado no Império a primeira lei de incentivo ao trabalho imigrante, em 1850, foram nos anos da República e principalmente no Estado Novo, que a questão da raça entrou em pauta no debate sobre as condições para a modernização do Brasil como uma nação. No século XIX, foram difundidas na Europa teorias que vinculavam a nação à uma unidade racial, lingüística e territorial e assim, a raça se tornou condição *sine qua non* para a existência de uma nação (SEYFERTH, 1996). Nesta perspectiva, uma nação não teria espaço para minorias, uma vez que elas ameaçariam a unidade que a nação pretendia forjar. A ciência, neste momento, ofereceu o respaldo técnico, defendendo a existência de raças, explicando as características culturais pelas condições biológicas de cada raça. Nesta perspectiva, a miscigenação colocaria em risco a pureza das raças e poderia levar à formação de indivíduos cultural e biologicamente disformes.

No Brasil, o debate sobre as raças circulou ao redor do tema da mestiçagem. Enquanto as teorias racistas<sup>2</sup> dominavam o campo intelectual e político, o projeto nacional brasileiro não poderia negar que no seu processo histórico a miscigenação entre negros,

---

<sup>2</sup> “guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando posições intermediárias”. (p.43)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

indígenas e europeus esteve mais para regra do que exceção. Tanto assim foi que não raros os intérpretes do Brasil que mencionam a miscigenação como uma característica de extrema peculiaridade da colonização brasileira, como Gilberto Freyre. Portanto, diante da realidade brasileira, a nação aqui a ser construída não poderia ignorar a presença de mestiços.

No entanto, embora muitos dos intérpretes do Brasil se dedicassem ao tema das singularidades do Estado brasileiro, como por exemplo Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Hollanda, a questão da nação se somou à do Estado, visto que a sociedade brasileira ainda se apresentava como um desafio para que o Brasil deixasse de ser uma colônia de fato e, assim, adentrasse no palco da modernização. O crescimento da imigração européia para o Brasil se somou às intenções políticas de modernização não apenas da economia, com a liberalização do mercado de trabalho e das trocas, mas também da sociedade e da cultura. Uma sociedade mestiça carregaria na pele o atraso que impediria o Brasil de alcançar o seu almejado futuro moderno. Assim, a imigração seria a alternativa para resolver dois problemas: de um lado, contribuiriam para a liberalização do mercado de trabalho, ocupando o lugar dos escravos; de outro, poderia solucionar o problema da mistura racial, contribuindo para o embranquecimento da população brasileira.

O que estava implícito no imaginário social e, mais tarde, nas políticas de incentivo à imigração é que para ser moderno e livre o Brasil precisaria embranquecer. Uma das razões do atraso brasileiro não seria apenas o passado colonial e escravocrata. A popularidade das teorias racistas do século XIX contribuíram para que o projeto de nação brasileiro, a nação que se queria construir aqui, assumisse um teor racial que via no branqueamento a solução para a mestiçagem brasileira, símbolo de insucesso. Por isso, a imigração era considerada fundamental para que o projeto se tornasse uma realidade.

Para alcançar o projeto de branqueamento, era indispensável que estes imigrantes fossem europeus. A primeira lei de incentivo à imigração, a lei 601, de 1850, ainda não colocava em pauta de maneira mais explícita qual deveria ser a origem desse imigrante. O



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

caráter de aceitação do imigrante era dito como técnico, se ele tinha experiência no trabalho agrícola livre, em pequenas propriedades. A idéia subjacente à esta lei é que o trabalhador brasileiro, que viveu numa sociedade de trabalho escravo, não teria condições técnicas de assumir livremente o controle de uma propriedade rural.

Será no período republicano que a raça vai se tornar um critério para se pensar e projetar a nação e, assim, a imigração assume ainda mais protagonismo no cenário político nacional. Os imigrantes são então considerados como responsáveis por formar um tipo nacional, brasileiro, através da miscigenação e do branqueamento, por uma nação moderna e branca. Para isso, o imigrante não deveria apenas ser um bom trabalhador, mas deveria aqui deixar seu sentimento de pertencimento pelo seu grupo de origem e passar por um processo de assimilação. Ele deveria ser branco, europeu, civilizado, mas, ao chegar ao Brasil, deveria se tornar brasileiro. Assim, a imigração adquire uma função instrumental: como esperança, ela tiraria o Brasil do atoleiro em que a herança portuguesa e colonial o colocou econômica, política, cultural e sobretudo, racialmente. Assim, a imigração européia teria a função de, com sua superioridade de raça, superar os entraves da mestiçagem e da cultura brasileiras e modernizar o Brasil econômica e culturalmente.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, discutimos como a imigração, em suas diferentes formas, se fez presente na formação do Brasil, como uma nação que se pretende moderna. Sem grandes temores, podemos afirmar que o Brasil entra no mapa mundial a partir de um movimento migratório: a colonização portuguesa. No entanto, esta entrada do Brasil no mapa e nas rotas marítimas européias lhe conferiu um lugar subalterno, subordinado à metrópole. A colonização carrega como pressuposto a dominação do estrangeiro sobre o território e a sociedade receptora, impondo aos nativos uma sujeição ao domínio estrangeiro. A colonização se pretende ocupar de territórios em que predominam os “vazios demográficos”, ainda que este vazio seja resultado do processo de dominação da população local.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Portanto, a colonização é um caso extremo de imigração, que impõe uma dominação estrangeira em terras nacionais. No entanto, mesmo que não em casos extremos como da colonização, a imigração tem muito a dizer sobre a sociedade que recebe e a que envia imigrantes. Ela deixa latente como as sociedades lidam com a alteridade e como o outro assume um lugar privilegiado para a construção do “eu”, nacional, territorializado; social, cultural e economicamente posicionado. Portanto, o estudo da imigração é, em última estância, também um estudo sobre a sociedade nacional, seu imaginário, seus projetos e é na relação com estrangeiro que muitas vezes são estabelecidas as metas do que se espera de uma nação.

Neste sentido, colonização e imigração são fenômenos políticos, em que se coloca em jogo uma disputa, ainda que silenciosa, entre os que chegam e os já estão, entre a sociedade de emissão e a sociedade de recepção. No caso brasileiro, o que se coloca em disputa são projetos de nação, Estado e sociedade que se forjam no hibridismo que nos caracteriza e que torna possível que o moderno e o atraso convivam juntos, nem sempre sem conflitos. Neste sentido, pensar no Brasil como um “país de imigração” pode trazer o custo de olvidarmos que os primeiros fluxos migratórios para o Brasil, nos séculos XVII e XVIII levaram as populações nativas ou à escravidão, à morte ou à mudança forçada, em nome do projeto expansionista português.

Por outro lado, ignorar a relevância dos movimentos migratórios após o período colonial também nos faria apagar parte importante da nossa constituição, como Estado nação, que se pretendeu moderno, mas que não deixou suas estruturas tradicionais. A imigração europeia ocupou um lugar de destaque na construção de uma nação brasileira, como projeto e como fato. Como projeto, esperava-se que com a imigração, a (dita) superioridade da (dita) raça levaria os brasileiros à uma unidade étnica, que serviria como base para a nação brasileira, branca e moderna. Como fato, os imigrantes europeus se mostraram dispostos ao trabalho árduo e livre, o que atendia ao interesses econômicos da imigração, mas mostraram que mais do que braços e pernas para o trabalho, eles interpretam a sua realidade e elaboram seus próprios projetos pessoais e coletivos, e não



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

estão subordinados aos interesses políticos e econômicos, nem de seu país de origem, nem do país de chegada. Ao contrário do que as políticas imigratórias poderiam prever, os imigrantes não estão passivos aos desígnios impostos de cima para baixo, e, quando julgam necessário, criam alternativas de resistência, sejam eles europeus, africanos ou asiáticos.

Neste sentido, incluir a imigração numa interpretação do Brasil exige uma atenção redobrada à posição de diferentes atores e instituições, estrangeiras e nacionais, que fazem parte desse fenômeno tão complexo, em que entra em jogo fatos, projetos, práticas e valores tão diversos. A imigração pode nos levar a refletir sobre o papel do Estado na formação de uma cultura nacional, a relação desta cultura com as teorias de raça, tudo isto tendo como grande pano de fundo as interpretações do Brasil, do seu presente e seu passado e, a partir deles, como um projeto para o futuro.

#### **Referências Bibliográficas:**

- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?**. Net, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a04.pdf) Acesso em 10 de Nov. 2010.
- FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. Vol 1. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- HOLANDA, Sérgio (org). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. Vol 1. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1976.
- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. . In: FAUSTO, B. (org). **Fazendo a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa. In: FAUSTO, B. (org). **Fazendo a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARTINE, George. Migração e Metropolização. Revista São Paulo em Perspectiva, vol 1, Ano 2, 1987.
- MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. Vol.I. São Paulo: EDUSP, 1974.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. **Instituições Políticas Brasileiras**. 3ª ed. Vol 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores**. São Paulo: Ed. 34, 2000.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MOIR, M. C., SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro. Fio Cruz/ CCBB, 1996.
- RECÚPERO, BERNARDO. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.
- SAYAD, Abdemalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MOIR, M. C., SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro. Fio Cruz/ CCBB, 1996.
- SIMMEL, O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). 1983. **Simmel – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. p.182-188.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.